

Clipping Diário

TJPI



24/05/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal AZ	23.05.19		

Tribunal de Justiça divulgará o resultado da prova de títulos dos cartórios

No cronograma, a outorga das delegações será o último passo

Por **Redação do Portal AZ** 23 de mai de 2019, 18:03

O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Martins, informou que o resultado da prova de título do concurso de cartórios do Piauí será publicado nesta sexta-feira (24) no Diário Oficial a partir das 14h. O concurso completa seis anos.

Depois de eventuais recursos administrativos, no prazo de dois dias, a Cespe, realizadora do concurso, fará a análise e, a partir daí divulgará o resultado final. Também na mesma oportunidade será feita a divulgação da lista das serventias vagas localizadas em Teresina e em grande parte dos municípios do interior do Piauí.

A terceira providência será a homologação do concurso para a partir disso ser marcada a audiência de escola dos cartórios, seguindo a ordem de classificação dos candidatos. A outorga das delegações será o último passo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MeioNorte.com	23.05.19		

Regularização fundiária é urgente no Piauí

Chico Lucas afirma que este problema é antigo

Por Lindalva Miranda

23/05/2019 18:48

A regularização de terras foi o tema da entrevista concedida pelo presidente do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), Chico Lucas, ao Programa "Fogo Cruzado", na Rádio Jornal Meio Norte. "O Piauí tem um problema fundiário que remonta a sua origem. A questão das terras sempre foi um problema muito sério, desde que os portugueses vieram para cá", disse, logo de início o presidente do Interpi.

Segundo ele, a questão fundiária precisa ser resolvida, porque os cerrados despontaram com a expansão do agronegócio, com a plantação da soja. O fato de o Piauí ser a última fronteira agrícola, as terras, que antes não tinham valor, hoje são valiosíssimas, o que atrai pessoas sérias e pessoas inescrupulosas.

"Eu acho que a missão que me foi dada é mais por uma questão técnica. Além de ser advogado, também sou procurador do Estado, de carreira, há dez anos. Nosso objetivo é dar uma celeridade aos processos, mas principalmente trazer segurança e paz social no campo, tanto para o grande quanto para o pequeno proprietários. Temos que respeitar todo mundo, Então, nós temos vários assentamentos pelo interior do Piauí, onde as pessoas não têm o título de posse, sua terra registrada", explicou.

Chico Lucas comentou que essa situação traz aflição, insegurança e a impossibilidade de acessar créditos fundiários, bem como programas do Governo. O advogado enfatizou ainda que a primeira coisa a ser resolvida é a questão da terra de titular. Quem tem direito irá receber seu documento com a segurança de que a terra é dele e que ninguém vai tomar aquela terra.

Quando à região dos cerrados, Chico Lucas diz que é preciso cadastrar as terras que têm dono, as quais ele chama de ação discriminatória. Ele falou que já está se preparando para entrar com essa ação. "Estamos cadastrando os processos e em um prazo de dois meses eu quero virtualizar todos os processos do Interpi, buscar todas as informações em cartório e digitalizar essas informações, para ato contínuo, começar a entregar os registros, tanto para aqueles que querem pagar, que a gente

chama de regularização onerosa, que são os grandes proprietários; como doar, para aqueles pequenos produtores, aqueles que vão ser objeto de assentamentos, de reforma agrária, que são os não onerosos", explicou.

Chico Lucas disse também que existem pessoas sérias, e muitas delas, inclusive, vieram de fora para produzir no Piauí, e pessoas que se utilizaram de artifícios, que são os grileiros. "Nosso objetivo é anular esses registros e documentos fraudulentos, para dar terra para quem tem direito", reiterou.

Segundo ele, hoje existem muitos atores trabalhando para que esse objetivo dê certo, como o Tribunal de Justiça, através da Corregedorias, a Vara Agrária, de Bom Jesus, Ministério Público, através do grupo de combate à grilagem, o Interpi, agora, entrando nesse circuito, com mais tecnologia da informação, e o Incra.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal AZ	23.05.19		

Audiência de instrução de Thiago Castro e Kaline Carvalho é interrompida

Promotora de justiça precisou se ausentar da audiência que foi remarcada para junho

Por **Wanderson Camêlo** 23 de mai de 2019, 12:45

A audiência de instrução dos médicos Thiago Castro e Kaline Carvalho foi interrompida, nesta quinta-feira (23), na 5ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Piauí. A audiência, que aconteceu a portas fechadas porque o processo tramita em segredo de Justiça, foi remarcada para o dia 11 de junho deste ano, às 8h. A interrupção se deu porque a promotora de justiça Maria do Amparo, que acompanha o caso, precisou se ausentar da audiência.

A médica Kaline Carvalho concedeu entrevista ao **Portal AZ** e informou que, durante o depoimento, ela detalhou as agressões que teria sofrido no casamento. "Hoje a audiência foi muito boa. Comecei falando exatamente do que aconteceu das agressões que sofri durante dezoito anos, foram espancamentos, violência verbal, física e psicológica, tanto comigo e com meus filhos", disse.

Também em entrevista ao **Portal AZ**, o médico Thiago Castro declarou que o caso ficou no passado e é momento para "virar a página". "Eu quero é paz. A gente só quer paz, a gente não quer problema e cada um viver a sua vida e ser feliz. Eu hoje tenho família, tenho três filhos, tenho minha empresa. Ou seja, acho que isso aí é coisa do passado, quero é ser feliz. E vamos pedir bençãos para ambos os lados, respeito para ambos os lados. Só isso, virar essa página", disse.

Sobre esse entendimento citado pelo médico, Kaline diz não acreditar que isso possa acontecer, até porque o Ministério Público não deixará o caso impune. "Eu não acredito em entendimento porque ele não falou com verdade. Ele é uma pessoa agressiva e debochada. Hoje mesmo ele estava debochando de algumas testemunhas minhas, isso para a gente é comum porque faz parte da personalidade dele. Eu não acredito nisso porque o Ministério Público não vai deixar impune de forma alguma esse crime. As ameaças continuam, ele sempre fala que vai tirar a minha vida e do meu pai", declarou.

O pai da médica também afirmou que Thiago Castro continua fazendo ameaças à ex-esposa. “Manda recado pelos outros e quando a vê fica fazendo gestos de deboche”, afirmou Edmilson Carvalho.

Antes de iniciar a audiência, a médica Kaline teve que consolar a sua babá, que é uma das testemunhas de acusação, e que, segundo ela, teria presenciado as agressões. De acordo com familiares da médica, a babá se nega a prestar depoimento na presença do acusado. As duas permaneceram abraçadas até o momento do início da audiência. “Ela presenciou muitas das agressões, tanto com ela [Kaline] e com os filhos. Ela [a babá] sempre dizia que não queria ver mais ele [Thiago Castro]”, disse o pai de Kaline.

Thiago ressaltou que está feliz por poder prestar seus esclarecimentos sobre o assunto junto à Justiça. “Eu estou muito feliz, no dia de hoje, por prestar meus esclarecimentos. Nunca, nesses quatro anos, nem eu e nem minha família dissemos uma palavra. Mas que tudo vai ficar a cargo da Justiça. A Justiça do nosso estado é muito séria e vai elucidar os fatos, graças a Deus”, destacou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Política Dinâmica	23.05.19		

TJ-PI acolhe 'HC' e libera Bacharel em Direito

TESE DA DEFESA FOI ELABORADA PELOS ADVOGADOS KAYO SAMPAIO, TALMY TÉRCIO, LUCAS RAFAEL E LUCAS RIBEIRO

23/05/2019 07:53 - Atualizado em 23/05/2019 09:26

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) julgou procedente Habeas Corpus com pedido de liberdade formulado pelos advogados Kayo Sampaio, Lucas Ribeiro, Talmy Tércio e Lucas Rafael em favor do cliente B.M, Bacharel em Direito.

De acordo com a Denúncia, nos meses de agosto de 2018 a janeiro de 2019, o Policial Civil Carlos Alberto Pimentel, juntamente com outros integrantes, dentre eles B.M, teriam sido responsáveis pela comercialização de motocicletas apreendidas pela polícia, e também, de valores destinados à Delegacia de Polícia de Porto. Em Março de 2019, a Justiça decretou a prisão de Carlos Alberto Pimentel e dos outros envolvidos, inclusive, do Bacharel em Direito B.M.

Nesta quarta-feira (22/05), após sustentação oral do advogado criminalista Lucas Ribeiro na sessão da 2ª Câmara Criminal do TJ-PI, alegando flagrante ilegalidade na prisão do cliente, os Desembargadores, à unanimidade, concederam a liberdade provisória a B.M, atendendo o pleito da defesa..